

Cartas sobre o Socialismo Liberal

Monique Canto-Sperber, directora da prestigiadíssima *École Normale Supérieure de Paris*, desde 2005, é filósofa e autora de importantes obras sobre filosofia política, filosofia moral e ética. É reconhecidamente a maior especialista francesa contemporânea na filosofia grega antiga, e em especial do pensamento de Platão. É membro do *Conseil Consultatif National d'Éthique* e do *Centre de Recherches Politiques Raymond Aron*. Acaba de publicar *Le Libéralisme et la Gauche, Pluriel*, 2008, sendo ainda autora de *L'inquietude morale et la vie humaine*, PUF, 2001 e de *Le Socialisme Libéral - Une Anthologie, Esprit*, 2003. A série de cartas trocadas com *Guilherme d'Oliveira Martins*, que *Nova Cidadania* começa a publicar, pretendem animar um debate transnacional sobre a renovação do pensamento político, prática hoje infelizmente pouco seguida, mas consagrada na *Idade Média* e no *Renascimento europeus*. Como o título geral indica trata-se de seguir as novas pistas sobre o "Socialismo Liberal", na linha do pensamento de *Carlo Rosselli* e de *Norberto Bobbio*, que, por exemplo, no Brasil tem sido acompanhada pelo filósofo *Celso Lafer*.

Reflexão sobre a renovação do pensamento político na Europa

Caro Guilherme:

Num momento tão decisivo para a vida política francesa, poucos dias após uma terceira derrota da esquerda na eleição presidencial, queria submeter-lhe algumas reflexões que, a partir da sequência de acontecimentos extraordinários destes últimos meses, permitir-me-ão formular algumas ideias sobre o futuro das ideias políticas na Europa.

Parece-me que hoje em dia a renovação da esquerda em França, que não pode assumir outra forma do que a ambição de uma esquerda liberal, é fortemente esperada. Ainda para mais, tal renovação poderia impor-se como uma evidência. Durante a campanha para a designação do candidato socialista

Numerosos franceses que duvidam de uma sociedade onde a violência cresce, onde a escola já não é uma verdadeira oportunidade de promoção social, onde a percepção que aqueles que não trabalham são os que beneficiam mais do sistema é muito ressentida.

às eleições presidenciais, no Outono de 2006, o receio de uma vitória da direita teve por efeito inesperado a designação em massa de uma candidata atípica que defendia a ordem justa, o trabalho, os valores comuns, as responsabilidades perante o mundo e perante o futuro.

Afinal, evoluções necessárias podem favorecer acontecimentos inéditos, tanto quanto a aplicação de um programa. Uma mulher política, em quem todos aqueles que procuravam dar corpo a ideias liberais de esquerda nunca pensariam para dar rumo a essas ideias, encontrou-se projectada para a frente da cena. Uma coragem incontestável, intuições perspicazes e uma estratégia de união ao centro entre as duas voltas da eleição presidencial de 2007 pareciam abrir uma brecha para a esquerda liberal. Mas uma brecha não é suficiente. É de ideias fortes que a política francesa tem hoje necessidade, sobretudo quando ambiciona aspirar a uma nova realidade. Uma vez que essas ideias conquistaram um direito de presença na cena política, é necessário fazê-las durar e dar-lhes todo o seu sentido.

AS LIÇÕES DE 2007 PARA A ESQUERDA FRANCESA

Primeira lição. A investidura da candidata socialista, a partir de ideias relacionadas com a ordem, as liberdades, o respeito mútuo, uma compaixão marcada pela firmeza, a necessidade de autoridade, de trabalho na escola, indica claramente que o partido socialista, inclusive nos seus velhos militantes, aspira a uma transformação profunda. Neste aspecto, *Ségolène Royal* provou ter uma capacidade de intuição notável perante o desespero de numerosos franceses que duvidam de uma sociedade onde a violência cresce, onde formas de anomia se propagam, onde a escola já não é uma verdadeira oportunidade de promoção social, onde a percepção que aqueles que não trabalham beneficiam mais do sistema é muito ressentida.



Estes franceses, na sua maioria de esquerda, foram galvanizados ao ouvir uma candidata descrever as suas preocupações difusas. Todos estes factos libertaram uma força de adesão considerável de apoio a Ségolène Royal.

Segunda lição. Apostando na candidata que parecia, de forma certa ou errada, encarnar esta renovação, a esquerda encontrou uma verdadeira oportunidade de ganhar. As ideias avançadas uniram mais além do que o círculo dos militantes socialistas. Constatámos, sobretudo nos primeiros meses da campanha, um verdadeiro entusiasmo popular.

Terceira lição. Numerosos eleitores socialistas (cerca de um terço) votaram no candidato centrista François Bayrou, mostrando claramente que uma parte da esquerda considera que aspirar a uma esquerda diferente conta mais do que pertencer à esquerda. É um fenómeno em si notável porque indica que a recusa do socialismo tal como ele é conta mais do que o voto de filiação. Que vários milhões de pessoas tenham abandonado as suas causas para manifestar que queriam uma outra esquerda é um facto impossível de esconder.

Quarta lição. A abertura ao centro recompensou eleitoralmente eleitoral. Se a Ségolène Royal não tivesse feito esse movimento, o resultado que ela teria obtido teria sido provavelmente claramente mais reduzido. Conclusão: uma esquerda unida ao centro é uma esquerda que pode ganhar. E mais, uma esquerda claramente unida ao centro, com um verdadeiro acordo público, mesmo antes da primeira volta, teria tido mais oportunidade de ganhar. Uma aliança mútua com o centro não teria comprometido a presença da candidata na segunda volta (alguns potenciais eleitores de Bayrou teriam mesmo votado à esquerda), e ela garantiria unir na segunda volta a maioria dos eleitores de Bayrou.

Resumindo, apesar do fracasso da candidata socialista, o caminho está aberto, é o essencial. Resta encontrar a encarnação política capaz de levar tais ideias ao poder, não apenas por intuição e estratégia, mas sobretudo graças à reflexão e a uma visão do mundo. Quando apelamos à renovação da esquerda, à injeção necessária de problemáticas liberais nas ideias políticas, o que se produziu nos últimos meses deve ser objecto de espanto, de reflexões e de questões.

A ESPERANÇA DE UM LIBERALISMO SOCIAL EM FRANÇA

Há pouco mais de quatro anos, publiquei um livro, *Les Règles de la Liberté*, dedicado à relação entre liberalismo e socialismo. Eu defendia que o futuro do socialismo em França dependia da sua capacidade de integrar as ideias fortes do liberalismo, não por constrangimento, mas por resolução. Parecia-me que as principais orientações do socialismo, uma vez postas à prova do mundo de hoje em dia, deviam assumir a herança do liberalismo sem no entanto adular-se. Eu provava esta tese através da história e através dos conceitos. Através da história, pois desde a origem do socialismo esteve presente uma tendência liberal, que inspirou os maiores textos da actual herança intelectual da esquerda. Através dos conceitos, porque uma interpretação liberal das ideias fortes do socialismo é possível, na realidade a única interpretação que torna, segundo eu, estas ideias ainda fecundas. A conclusão que eu propunha subentendia uma convicção forte,

a do poder do pensamento liberal para abordar os problemas do nosso tempo. Também sublinhava a plasticidade destas ideias e a interpretação social das quais elas são o objecto, ao fundamento da concepção de uma sociedade próspera, confiante, onde os mais desfavorecidos conhecem uma verdadeira liberdade de agir, onde a criação e a tradição enriquecem em conjunto a vida do espírito, onde por fim as ameaças do mundo contemporâneo podem ser pensadas e confrontadas.

Eu pensava que estas teses pudessem ser ouvidas e inspirar, entre outras, uma renovação profunda do pensamento político, à esquerda, sem dúvida, mas não só, porque o liberalismo social alarga-se no espectro político. Nada aconteceu, pelo menos à esquerda. Após o ano de 2003, onde o desafio sobre uma renovação profunda do corpo doutrinal do socialismo foi entendido de forma correcta por várias personalidades políticas, a inércia do partido, a concorrência entre potenciais candidatos à presidência (que acreditavam ainda que ter consigo a esquerda do partido representava o principal activo de uma candidatura), a certeza beata que a alternância jogaria automaticamente a favor da esquerda, sem falar do aborrecimento perante o trabalho considerável que exige todo o esforço de descolamento da ortodoxia, fez com que essas ideias sociais liberais, agitadas a seu tempo, fossem rapidamente colocadas no quadro das heresias mal sonantes com as quais alguns intelectuais sonhadores podiam perder o seu tempo a brincar. Por outro lado, ao centro, e mesmo à direita, essas ideias vingaram. Por duas razões. Primeiro, a necessidade de ter em conta a opção de um liberalismo social em todos os movimentos políticos, mesmo que este não se reduza ao liberalismo social. Em seguida, a certeza que logo que a esquerda francesa se tornasse liberal, constituir-se-ia como um adversário temível, porque encarnaria uma oferta política capaz de privar a direita das suas pretensões ao realismo, ao pragmatismo e até à modernização da França. Neste ponto,



entre as duas voltas das presidenciais com a gesticulação improvisada e um pouco ridícula do partido socialista para o centro, mostraram que os homens políticos de direita foram mais lúcidos do que os da esquerda.

Em 2007, parece-me que é dada uma nova oportunidade às ideias sociais liberais. O escrutínio de 22 de Abril de 2007 deu cerca de 20% dos sufrágios a François Bayrou, que em parte reclama para si estas ideias. O candidato de direita apresenta no seu programa alguns elementos de um programa liberal que, como todos os programas da direita francesa, comporta também uma ambição social. À esquerda, o socialismo está num impasse, e o tempo de uma verdadeira renovação social liberal chegou.

O LIBERALISMO NÃO É UMA MALDIÇÃO SOCIAL MAS PODE REPRESENTAR UMA OPORTUNIDADE ACRESCIDADA DE LIBERDADE PARA OS MAIS DESFAVORECIDOS.

O voluntarismo social tão avançado hoje em dia tem várias condições. Uma são intelectuais, como a exactidão da descrição e a compreensão exacta do que deve ser feito. As outras são morais: não permanecer numa posição absolutista de recusa da realidade, e ver se há uma possibilidade de orientar as novas condições da vida económica para finalidades sociais. A forma óptima do voluntarismo em matéria social é servir-se destes novos dados da condição salarial como alavanca para multiplicar as oportunidades de acção das pessoas e as garantias das quais elas podem beneficiar. A aposta é servir-se desta finalidade do liberalismo económico.

A concepção do liberalismo económico que defendo situa-se entre dois contrastes. O primeiro é o de uma economia dirigida. O segundo é o de uma sociedade inteiramente moldada à imagem da economia, onde tudo se tornou mercado, a actividade humana estando desde logo submetida aos únicos critérios da acumulação, do lucro máximo, e das finanças. Parece fácil compreender os perigos a que levaria tal evolução. Provocaria a homogeneização de todas as actividades humanas. Tornaria a vida económica artificial com ofertas de bens induzidas. Criaria um mercado de massa uniforme e sem consciência onde os indivíduos seriam transformados em consumidores miméticos.

A necessidade de se munir contra tal possibilidade vem do pensamento liberal. Por razões diferentes. Primeiro, a perspectiva de uma homogeneização de todas as actividades humanas é o oposto do que recomenda o liberalismo. Este defende antes a diferenciação das actividades humanas e a manutenção de esferas de bens distintos, condição de enriquecimento da vida social. Além do mais, um verdadeiro pluralismo das actividades deve impedir que o valor de mercado não penetre em todo o lado e não acabe na criação de privilégios. Bens como a educação, a saúde, mesmo a diversidade cultural, são condições que permitem aos indivíduos participar no mercado¹. Quando as pessoas estão desprovidas destes bens à partida, é inevitável que o mercado exerça em seu lugar um domínio assustador. É por isso essencial que estes bens escapem ao sector do mercado. Tais ajustamentos e adaptações do mercado não colocam de forma alguma em causa a fecundidade da defesa liberal do mercado, como lugar da troca e posta à prova do valor. Mostram que o liberalismo pode ser associado à exigência da igualdade de oportunidades.

Vejamos o caso do ensino secundário. O acesso aos melho-

res estabelecimentos é hoje em dia em França objecto de uma competição dura. As crianças das classes médias estão à partida em posição muito mais vantajosa do que os filhos de operários. Trabalhar pela igualdade de oportunidades cujo efeito seria permitir às crianças das classes desfavorecidas aceder eventualmente a um ensino de qualidade, às classes preparatórias para as grandes escolas, vem do compromisso liberal tal como o descrevi mais acima. Isso supõe que pelo menos duas condições sejam cumpridas: por um lado, que as crianças possam saber que existem filiais de excelência fora dos estabelecimentos dos seus bairros, filiais das quais poderiam beneficiar; por outro lado, que meios concretos sejam colocados para permitir o acesso efectivo a tais filiais.

As duas condições correspondem a uma ambição forte do liberalismo: dar os meios para uma verdadeira liberdade de acção à pessoas, liberdade que depende em grande parte de uma educação de qualidade.

Para os liberais, o mercado não é necessariamente uma condição de domínio. É antes a condição geral que permite a comunicação das informações, a difusão das inovações tecnológicas, a circulação dos factores de produção que são os homens e os investimentos, e por isso a criação das riquezas. Para um liberalismo coerente, “durável” se assim podemos dizer, a defesa do mercado deve andar a par com uma preocupação real pelo equilíbrio social e o desenvolvimento. Para salvaguardar a liberdade de todos, pode ser necessário limitar as liberdades presentes, é necessário garantir a cada um os meios de uma liberdade efectiva.

O rápido desenvolvimento da sociedade de informação e a organização progressiva de uma ordem mundial alteraram profundamente numerosos aspectos da vida dos homens e das mulheres de hoje. A condição salarial modificou-se, a própria função do trabalho mudou, novas possibilidades de acção foram conquistadas.

A questão que deve estar no fundamento da renovação política é saber quais são as capacidades de agir capazes de conferir um sentido concreto à exigência de liberdade nos indivíduos modernos? As respostas tradicionais em termos de emprego garantido, recursos estáveis, benefícios colectivos, pertença a um conjunto profissional encontram-se um pouco falseadas em relação à disparidade das condições de existência das pessoas e à importância acrescida dos factores individuais e familiares. Por outro lado, parece ser necessário garantir a cada um os meios que permitam o exercício das liberdades individuais, de fazer valer a exigência de uma formação todo ao longo da vida, e sobretudo o acesso igual para todos aos meios de emancipação pessoal que são uma educação de qualidade, uma escola verdadeiramente capaz de formar os alunos, uma habitação decente, transportes seguros e condições de existência decentes. A tarefa intelectual de definir os meios concretos da liberdade individual sobretudo para os mais desfavorecidos, no mundo de hoje em dia, é um dos maiores desafios que o liberalismo tem ainda que assumir.

Aqui estão, caro Guilherme, algumas reflexões que, a partir de uma análise da situação política francesa, traduzem, para mim, a possibilidade de uma renovação do pensamento político social liberal na Europa. ●

¹ MICHAEL WALZER, *LES SPHÈRES DE LA JUSTICE*, (1993) PARIS, SEUIL, 1997



Resposta tardia, mas muito amiga, sobre a renovação do pensamento político na Europa

Pensamento político na Europa

Cara Monique:

Mil desculpas. Um ano passou depois da sua carta. Reflecti longamente. Um acontecimento pessoal impediu-me de responder antes. Agora a solicitação da revista “Nova Cidadania” para publicar uma parte do nosso diálogo apressou-me a resposta. Em Maio de 2007 falou-me de um terceiro insucesso da esquerda na eleição presidencial francesa (vitória de Sarkozy). E disse-me que uma brecha não basta. A política francesa precisa hoje de ideias fortes, sobretudo quando aspira a uma nova distribuição de cartas. Falando da Europa, devo dizer-lhe que temos necessidade de ideias na vida política e que a modernidade obriga a uma nova visão das relações entre liberdade e coesão social, entre eficiência económica e justiça.

A lista de lições de 2007 que me apresenta é muito importante: (a) a consideração de uma inquietude difusa (a propósito da violência, da anomia, das incapacidades da escola, do não trabalho); (b) a abertura da mensagem política para além da militância tradicional; (c) a mudança das fronteiras da esquerda (com a emergência do fenómeno Bayrou); (d) “a abertura ao centro foi eleitoralmente relevante”. Em suma, em sua opinião, “apesar do insucesso da candidatura socialista (de Ségolène Royal), o caminho está aberto, o que é o essencial”.

Com efeito, vivemos um momento de profundas mudanças. A palavra socialismo deve recuperar o seu sentido original, e deve responder aos novos desafios da sociedade. Este sentido original deve recuperar a importância da liberdade, baseada no equilíbrio entre a política e a economia. Não é o liberalismo de mercado absoluto nem o fundamentalismo hedonista, mas o liberalismo da liberdade política e da protecção da esfera de autonomia pessoal, que deve ter consequências no que respeita à coesão social, ao capital social, à justiça distributiva e à confiança mútua.

Devemos regressar ao ensino de Carlo Rosselli e de Norberto Bobbio. Com efeito, o futuro do socialismo depende “da sua capacidade de integrar as ideias fortes do liberalismo, não por constrangimento, mas por resolução”. Pensemos na origem do pensamento socialista. A tendência liberal está muito presente – a ideia da solidariedade voluntária é fundamental. O nosso amigo Michael Walzer sublinha-o sempre com muito entusiasmo. E não podemos falar de valores de esquerda sem dar prioridade à liberdade. E como afirma, cara Monique, há um “poder incompleto do pensamento liberal para abordar o problema do nosso tempo”. Antes de mais a plasticidade necessária. Uma sociedade complexa deve integrar, ao mesmo tempo, a possibilidade permanente de adaptação e de consideração da igualdade e da diferença. Em vez da uniformização e da harmonização, devemos promover a diferenciação positiva – e isso depende de uma perspectiva de liberdade que deve ser complementar da solidariedade e da confiança, da legitimidade e da coesão.

Devemos construir uma sociedade confiante, aberta, onde a justiça e a inclusão social sejam cultivadas: “onde os mais desfavorecidos conheçam uma real liberdade de agir, onde a criação e a tradição enriqueçam o conjunto da vida do espírito, onde enfim as ameaças do mundo contemporâneo possam

ser pensadas e afrontadas”. Essa ideia de “sociedade aberta” deve ser aprofundada — o que obriga à crítica severa do conformismo e da repetição de soluções. Não se deve insistir no dirigismo estatal, nem no Estado Providência cego às diferenças e à nova situação demográfica, nem na incompreensão dos problemas colocados nas cidades actuais por uma nova pobreza, pelo isolamento das pessoas, nomeadamente as mais idosas, e pela violência urbana. Há um mal-estar que devemos combater com coragem, com mecanismos solidários e novas políticas públicas sustentáveis financeiramente. As políticas sociais da geração Beveridge e do Baby Boom são hoje insuficientes. É preciso haver um equilíbrio efectivo entre as novas necessidades sociais e a solidariedade intergeracional. Devemos compreender que a sociedade moderna deve ser justa e equilibrada, sem pedir sacrifícios às gerações futuras para pagar as nossas despesas correntes. É por isso que me diz haver uma complementaridade efectiva entre as políticas públicas e as responsabilidades de mercado e a iniciativa privada. E concordo plenamente.

Devemos, assim, recusar seja a economia dirigista seja o primado absoluto do mercado — a acumulação, o luxo máximo e a lógica financeira não podem ser os critérios de regulação económica. O risco, a iniciativa económica devem ser as alavancas para multiplicar as oportunidades das pessoas e da sociedade — entre a homogeneização das actividades humanas e a criação de um “mercado de massas uniforme e sem consciência onde os indivíduos seriam transformados em consumidores miméticos”, segundo a fórmula usada pela Monique, que é absolutamente correcta.

O socialismo liberal responde aos desafios da sociedade complexa e globalizada. Depois dela e perante a crise do Estado Social, devemos refazer o contrato social, com a sociedade e as suas iniciativas voluntárias e representativas e com a inovação da ciência e da técnica. Recordando Schumpeter, devemos retomar a virtude da “destruição criadora”, o que pode ser feito nos domínios económico e social. E a coesão social deve ser o resultado não de uma decisão de Estado, mas da complementaridade entre a protecção do Estado (é a boa herança do “welfare state”) e a capacidade de iniciativa da sociedade.

O socialismo liberal responde aos desafios da sociedade complexa e globalizada. Depois dela e perante a crise do Estado Social, devemos refazer o contrato social, com a sociedade e as suas iniciativas voluntárias e representativas e com a inovação da ciência e da técnica. Recordando Schumpeter, devemos retomar a virtude da “destruição criadora”, o que pode ser feito nos domínios económico e social.

O pluralismo não é uma abstracção. E sabemos da História que o plural só pode ser assegurado pela liberdade política, económica, social e cultural. E é por isso que devemos retomar os valores originais e generosos do socialismo (de Owen, Saint Simon, Fourier, de Proudhon, de Bernstein ou de Jaurès), segundo os quais a sociedade será tanto melhor se a autonomia, a liberdade e a dignidade forem garantidas. Com efeito, o socialismo democrático situa-se naturalmente na sequência das revoluções inglesa, americana e francesa, em ligação com o desenvolvimento da sociedade industrial e dos movimentos sociais emancipadores dos dois últimos séculos.

A justiça complexa de Michael Walzer ensina-nos que a educação, a saúde, a protecção social, a diversidade cultural, a informação têm uma especificidade própria que o mercado só por si não pode satisfazer. Quando se fala de diferenciação positiva, em lugar da uniformidade e da exclusão consideramos a complexidade e o pluralismo, e coloca-se a questão de assegurar a igualdade de oportunidades e a correcção de desigualdades. Com efeito, sabemos que a tentação harmonizadora tem resultados terríveis de injustiça e de exclusão. O exemplo que resulta das injustiças no sistema educativo é muito semelhante ao que ocorre em Portugal. Também entre nós são as crianças das classes médias a ter uma posição de partida mais vantajosa do que as crianças providas das classes operárias. E não podemos continuar de braços cruzados, nada fazendo.

Os recursos devem ser partilhados através de critérios de justiça e não de modo a que apenas se reproduza ou agrave a situação anterior.

Anthony Crosland, nos anos cinquenta e sessenta no Labour Party (Reino Unido), pôs a questão da urgência da mudança — era necessário modernizar o socialismo, assegurar a igualdade de oportunidades e a correcção de desigualdades. Dizia: “contrariamente à visão marxista clássica de duas classes homogéneas, inelutavelmente viradas uma contra a outra, encontramos-nos em presença de uma estrutura social extremamente complexa, caracterizada pela proliferação crescente de grupos intermédios”. Ora é perfeitamente actual esta preocupação, mas os tempos hoje são outros. “O desenvolvimento rápido da sociedade de informação e a organização progressiva de uma ordem mundial alteraram profundamente numerosos aspectos da vida dos homens e mulheres de hoje. A condição salarial modificou-se e a força de trabalho também, tendo sido adquiridas novas possibilidades de acção”. E se falamos de condições sociais, devemos falar de meio ambiente, de qualidade de vida, de política de género e de tudo o que se liga ao reconhecimento das diferenças.

As respostas tradicionais de emprego para toda a vida, dos direitos adquiridos para sempre e de progresso permanente e contínuo para todos perdem pertinência e tornam-se ilusórias. “A tarefa actual de definir meios concretos de liberdade individual, sobretudo para os mais desfavorecidos no mundo contemporâneo é um dos desafios maiores a que o liberalismo deve responder” E acrescento que o socialismo do futuro será liberal ou não existirá. Liberal, não no sentido fundamentalista do mercado, mas no sentido de autonomia emancipadora das pessoas. Devemos insistir na lição de Bobbio. A renovação do pensamento político deve ser resultado do conhecimento prático da realidade e da coragem para mudar o que destrói a possibilidade de sermos livres e iguais em dignidade e direitos.●